



PUBLICADO EM

20 / 07 / 2010

Ass: Normali de Almeida Espindola
Chefe de Gabinete

LEI N.º 470, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Ficam estabelecidas para elaboração dos Orçamentos do Município, relativos ao exercício do ano de 2011, as diretrizes constantes desta Lei, compreendendo:

- I. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II. As diretrizes, orientações e critérios para a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social;
- III. As Despesas de Capital para o exercício financeiro de 2011;
- IV. O Equilíbrio entre receitas e despesas;
- V. O critério e forma de limitação de empenho a ser efetivada;
- VI. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações na Legislação Tributária Municipal e medidas para incremento da receita;
- VIII. Estrutura e organização dos orçamentos;
- IX. As disposições do regime da gestão fiscal responsável;
- X. As disposições relativas aos fundos municipais;
- XI. As disposições finais e transitórias.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Na elaboração dos orçamentos do Município, adotar-se-ão as seguintes prioridades:

- I. Desenvolver políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, para a redução das desigualdades e disparidades sociais;
- II. Instituir ações visando o incremento da receita, com a administração da execução da Dívida Ativa, investindo, também no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração fazendária, na ação educativa sobre o papel do contribuinte cidadão;



- III. Aumentar a capacidade de investimentos do Município, através das parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas de governo, e adotar medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;
- IV. Exercer uma política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais e a garantia da sua qualidade;
- V. Desenvolver a modernização institucional, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos a população;
- VI. Priorização dos projetos de saúde, educação fundamental, proteção à criança e ao adolescente e saneamento básico.

Art. 3º - As prioridades estabelecidas no artigo anterior terão precedência na alocação de recursos e estão traduzidas nas metas estabelecidas para o ano de 2011, assim como as demais metas, no anexo I desta Lei e no Plano Plurianual para o período de 2010-2013.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 4º - Na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2011, o Município visará à obtenção dos resultados previstos nos anexos de metas fiscais integrantes desta Lei.

Parágrafo Único – As metas fiscais previstas nos anexos referidos neste artigo poderão ser alteradas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei orçamentária tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, bem como, a definição das transferências constitucionais constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 5º - As propostas orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Pública direta do Município, inclusive dos seus fundos, terão seus valores orçados a preços vigentes em julho de 2010.

Art. 6º - Os recursos ordinários livres do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, as seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos sociais, observados os limites previstos na Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000;
- II. Juros, encargos e amortização da dívida fundada interna;
- III. Contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;



IV. Outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital;

Parágrafo Único – As dotações destinadas às demais despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 7º - Somente serão incluídas na proposta orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito já contratadas ou com autorização legislativa concedida até a data do encaminhamento à Câmara Municipal do projeto de Lei Orçamentária pertinente.

Art. 8º - Na programação de investimentos da Administração Pública, além do atendimento às prioridades e metas específicas na forma do Artigo 2º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

- I. A destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;
- II. Será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;
- III. Não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 9º - A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem a sua expansão.

Parágrafo Único – Os projetos e atividades de prestação de serviços básico em execução terão prioridade sobre outras espécies de ação.

Art. 10 – Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor ativo da Administração Pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica, custeada inclusive com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 11 – É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, para subvenção social destinadas a clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, exceto nos casos em que esses recursos venham a ser aplicados em programas relacionados com creches, desenvolvimento do desporto, atendimento a crianças e adolescentes carentes, gestantes, atendimento ao pré-escolar, ao idoso ou ao portador de deficiência física e aos auxílios financeiros a pessoas carentes, no caso em que as mesmas estejam aptas para o recebimento dos recursos conforme legislação pertinente.

Parágrafo Único – O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que tais serviços sejam essenciais aos interesses da comunidade.



Art. 12 – Na elaboração da proposta orçamentária do exercício de 2011, serão destinados ao Poder Legislativo repasses a título de duodécimo conforme o art. 29-A da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n.º 58, de 23 de setembro de 2009.

Art. 13 - O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 20 de agosto de 2010, à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a respectiva proposta de orçamento, exclusivamente para fins de consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

Art. 14 - As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária anual e de créditos adicionais serão apresentadas:

- I. Na forma das disposições constitucionais;
- II. Acompanhadas de exposição de motivos que as justifique.

§ 1º - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária anual serão submetidos pela Secretaria de Administração e Finanças ao Prefeito Municipal, acompanhados de exposição de motivos que o justifique.

§ 3º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 4º - Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão abertos por Decreto do Executivo após a sanção e publicação da respectiva lei.

Art. 15 – Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

- I. Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei Diretrizes Orçamentárias;
- II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
 - a) Dotação para pessoal e seus encargos;
 - b) Serviço da dívida;
- III – Sejam relacionadas:
 - a) Com a correção de erros ou omissões; ou
 - b) Com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º - As emendas deverão indicar como parte da justificativa:



- I. No caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária.
- II. No caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não viabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no Projeto de Lei Orçamentária.

§ 3º A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de lei orçamentária anual, somente será admitida mediante a redução de dotação alocada a outros projetos ou atividades, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, no Plano Plurianual e nesta Lei.

Art. 16 – Na Lei Orçamentária Anual poderão constar as seguintes autorizações:

- I. Para abertura de créditos suplementares:
 - a) Até o limite nela definido;
 - b) Até o limite autorizado em Lei específica de reajuste de pessoal e encargos sociais;

Art. 17 – O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 18 – Para efeito do disposto no Artigo 16 da Lei Complementar nº. 101/2000:

- I. As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo conforme o Artigo 38, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- II. Procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do Artigo 182 da Constituição.
- III. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Artigo 24 da Lei n.º 8.666 de 1993.

Art. 19 - A atualização monetária do principal da dívida do Município, não poderá superar, no exercício de 2011, a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 20 – O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação das despesas dos poderes do Município, seus fundos, órgão da administração direta, inclusive especial e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.



Art. 21 – A totalidade das receitas e despesas da administração descentralizada caso venham a serem criadas e seus fundos constarão no orçamento fiscal, mesmo que tais entidades não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos transferidos do Tesouro Municipal.

Art. 22 - A proposta orçamentária conterà reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a 3% (três por cento) da receita corrente líquida, para utilização conforme disposto do Artigo 5º, inciso II e III, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 23 - O orçamento de seguridade social abrangerá os recursos e as programações do órgão e entidade da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 24 - O Chefe do Poder Executivo estabelecerá meios para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010, bem como, no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo Único – Os meios previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

- I. Mediante audiências públicas, em todas as regiões administrativas, com as organizações da sociedade civil e organizações não governamentais, abrangendo todos os entes da Federação, em todas as esferas do governo, e todos os poderes de Estado;
- II. Pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária de 2011.

CAPÍTULO III DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010

Art. 25 - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender a gastos com despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais da dívida, salvo se caracterizado a urgência, visando o bem estar e segurança da população.

CAPÍTULO IV O EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 26 - A Secretaria de Administração e Finanças estabelecerá, com base na estimativa da Receitas do Município e tendo em equilíbrio das finanças publicas do Município, o limite global máximo para a proposta orçamentária de cada órgão da Administração Direta do Poder Executivo, incluindo as entidades e fundos a ele vinculados.

Parágrafo Único - Essa programação ocorrerá sempre por bimestre, visando adequar o Município às determinações da Lei Complementar 101/2000.



CAPÍTULO V
CRITÉRIO E FORMA DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO A SER EFETIVA

Art. 27 - Caso seja necessária à eliminação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do Artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, previstas nos anexos desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, e calculadas de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigações legais de execução.

CAPÍTULO VI
DAS DIPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 28 - As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, e cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2011, com base nas despesas executadas no mês de julho de 2010, prevendo-se, eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para o preenchimento de cargo, atendo-se a legislação pertinente em vigor observando-se os limites definidos no Artigo 20, da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único – As dotações destinadas a tender os benefícios previdenciários concedidos aos segurados civis, inclusive dos seus dependentes, dos Poderes Executivo e Legislativo e das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município, serão consignadas ao Orçamento Municipal, salvo os benefícios devidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

Art. 29 - O projeto de lei orçamentária, desde que verificado o disposto no artigo anterior, poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

- I. Educação;
- II. Saúde;
- III. Fiscalização Fazendária;
- IV. Serviços técnicos administrativos;
- V. Assistência à criança e ao adolescente;
- VI. Serviços públicos.

Parágrafo único – A admissão de servidores durante o exercício de 2011, conforme disposto no artigo 169, da Constituição Federal, somente será realizada se:

- I. Existirem cargos vagos a preencher;
- II. Houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as despesas;
- III. Estiver dentro do limite previsto no artigo anterior;
- IV. Atender o que determina a Lei Complementar N.º 101/2000.



CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO E MEDIDAS PARA INCREMENTO DA RECEITA

Art. 31- Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I. Revisões e simplificações da legislação tributária municipal e de contribuições sociais;
- II. Aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;

Parágrafo Único - Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

Art. 32 - O incremento da receita tributária deverá ser buscado mediante o aperfeiçoamento da legislação específica a constante atualização do cadastro de contribuintes e execução permanente de programa de fiscalização.

Art. 33 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendida as exigências do Artigo 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

**CAPÍTULO VIII
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 34 - Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por unidade orçamentária e o seu programa de trabalho, segundo a classificação funcional programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando para cada uma:

- I. Orçamento a que pertence;
- II. A categoria econômica e o grupo de despesa a que se refere, obedecidos aos seguintes títulos:
 - a) Categoria econômica:
 1. Despesas Correntes
 2. Despesas de Capital
- III. Grupos de despesas:
 - 1) Pessoal e encargos sociais;
 - 2) Juros e encargos da dívida;
 - 3) Outras despesas correntes;



- 4) Investimentos;
- 5) Inversões financeiras; e.
- 6) Amortização da dívida.

Art. 35 - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, sub-função e programa a que se refere Artigo 2º, § 1º, Inciso I e Artigo 8º, § 2º, da Lei nº. 4.320/64, segundo o esquema de classificação e conceitos atualizados pela Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999 e a Portaria 163, de 04 de maio de 2001, do Ministro de Estado de Orçamento e Gestão, observados os seguintes títulos:

- I. Função;
- II. Sub-função;
- III. Programa;
- IV. Projeto, atividade e Operação Especial.

§ 1º - As categorias de programação de que trata o caput deste artigo são identificadas por Programa, Atividade e Operação especial.

§ 2º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I. Função - o maior nível de agregação das diversas áreas que competem ao setor público municipal;
- II. Sub-Função - representa uma participação ou detalhamento da função, visando agregar determinados subconjuntos do setor público;
- III. Programa - o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetos pretendidos, sendo mensurado por metas estabelecidas no plano plurianual;
- IV. Projeto - um instrumento de programação para alcançar o objeto de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento de ação do Governo;
- V. Atividade - um instrumento de programação para alcançar o objeto de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continua e permanente das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;
- VI. Operações especiais - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação sob a forma de bem ou serviço, representando basicamente, o detalhamento da função "Encargos Especiais".

§ 3º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando



os respectivos valores e metas bem como as Unidades Orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 4º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e sub-função às quais se vinculam.

§ 5º - A função "Encargos Especiais" engloba as ações em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, transferências, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto agregação neutra.

§ 6º - As Unidades Orçamentárias, como responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações integrantes de uma categoria programática, serão identificadas na proposta orçamentária, tendo em vista a melhoria da execução e do controle orçamentários, podendo ser assim consideradas:

- I. Os órgãos da administração direta e os fundos instituídos pelo Município;
- II. As entidades da administração indireta, caso venha a ser criada.

Art. 36 – A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2010, será composta além da mensagem e do respectivo projeto de lei:

- I. Anexos do orçamento fiscal e da seguridade social;
- II. Informações complementares.

§ 1º - Os anexos relativos ao orçamento fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

- I. Da receita e despesa, segundo as categorias econômicas de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do anexo I, da Lei n.º 4.320/64, observadas as alterações posteriores da discriminação da receita orçamentária;
- II. Da receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo II, da Lei n.º 4.320/64,
- III. observadas as alterações posteriores e suas discriminações da receita orçamentária;
- IV. Da despesa, segundo as classificações institucionais, funcional programática, econômica e grupo de despesas adotadas na elaboração do orçamento;
- V. Da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no Artigo 212, da Constituição Federal;



- VI. Da previsão de gastos com promoção e divulgação das ações do Município, de modo a cumprir o estabelecimento na Lei Orgânica do Município;
 - VII. Do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, conforme dispositivo da Lei nº. 4.320/64.
- § 2º - As informações complementares compreenderão os seguintes quadros:
- I. Demonstrativo da evolução da receita e da despesa na forma prevista no Artigo 22, inciso II, da Lei nº. 4.320/64;
 - II. Relação as leis autorizativas das operações de crédito, incluídas no Projeto de Lei Orçamentária bem como a identificação da respectiva alocação em nível de categoria de programação;
 - III. Cópias das classificações orçamentárias da receita e da despesa utilizadas na elaboração do Projeto de Lei e da legislação que a tenha aprovado;
 - IV. Cópia dos quadros de detalhamento de despesa – QDDs.

Art. 37 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento de Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º- Os Quadros de Detalhamento de Despesa – QDDs deverão discriminar, por elementos, os grupos de despesa aprovados para cada categoria de programação.

§ 2º - Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal , e no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores .

§ 3º - Os QDDs podem ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecimentos na Lei Orçamentária ou em créditos suplementares regularmente abertos.

Art. 38 - Lei Orçamentária deverá ser elaborada com dados precisos, estimando a receita e fixando a despesa dentro da realidade e da necessidade do Município.

Art. 39 - Os recursos que, em virtude de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.



CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

Art. 40 - A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Parágrafo Único – São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos neste artigo:

- I. O equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do município, na forma de pagamento de tributos para atendê-la;
- II. limitação da dívida pública em níveis aceitáveis e prudentes, assim entendidos os que sejam compatíveis com a capacidade de arrecadação do Município e que propiciem margem de segurança para absorção e reconhecimento de obrigações imprevistas;
- III. A adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica social do município e da região em que se insere ;
- IV. A limitação e contenção de gastos públicos;
- V. A administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas;
- VI. A transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 41 – A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas estabelecidas na Lei Complementar 101/2000 e outros dispositivos legais, quanto:

- I- Ao endividamento público;
- II- Ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III- A administração e gestão financeira;

Art. 42 – Para manter a dívida em nível aceitável e prudente, evitar-se-á que, na média durante o exercício financeiro, os gastos excedam as receitas.

Parágrafo único – Se a dívida ultrapassar os níveis de aceitabilidade e prudência, e enquanto não for reduzido, o montante de gastos realizados deve ser inferior ao das receitas arrecadadas.



Art. 43 - Todo e qualquer ato que provoque um aumento suficiente para atender as despesas totais com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I. Houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as despesas com pessoal e aos acréscimos delas decorrentes, nos termos do Artigo 169, § inciso I, da Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000;
- II. Houver autorização específica nesta lei;
- III. For comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal inativo e pensionista estabelecido pela lei que dispõe sobre as normas gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência dos serviços públicos.

§ 1º - O disposto no caput compreende, entre outras:

- I- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração ;
- II- A criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras;
- III- A admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Parágrafo Único – Entende-se por transparência fiscal o amplo acesso público às informações relativas aos objetivos e metas da política fiscal, às contas públicas e as projeções que viabilizam o orçamento público.

Art. 44 - O Poder Executivo deverá elaborar e divulgar um cronograma anual da programação financeira de desembolso relativo às despesas de cada órgão.

Parágrafo Único – São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que inviabilizam a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 45 - Serão inscritos em restos a pagar, na forma do dispositivo no artigo 36 da Lei nº. 4.320/64, as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, desde que haja disponibilidade financeira da fonte a que se refere à despesa.

Parágrafo Único – O montante das inscrições em restos a pagar está limitado ao valor do saldo das disponibilidades financeiras, no último dia do exercício, destinado a esta finalidade.

CAPÍTULO X DOS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 46 – Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 67, IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei nº. 4.320/64, combinado com o previsto na Resolução nº. 297/96 e Parecer Normativo nº. 006/96 do Tribunal de Contas do Município, constituir-se-ão em Unidades Gestoras dentro da estrutura de uma Unidade Orçamentária, vinculada a um órgão da Administração Municipal, Direta e Indireta.



Parágrafo Único – Entende-se por Unidade Gestora qualquer órgão, repartição ou fundo especial da Administração Pública Municipal competente para administrar créditos orçamentários e recursos financeiros que lhes sejam destinados.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47 - Caso a lei orçamentária anual não seja aprovada e sancionada até 31/12/2010, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos;
- II. Serviços da dívida;
- III. Despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade;
- IV. Investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V. Contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo Único – Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 48 – Poderá a Lei orçamentária anual ser atualizada, durante a sua execução para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 49 – O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgão e entidades da Administração Pública Federal, Estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.


Art. 50 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo publicará um quadro com a programação financeira anual para a execução dos projetos, atividades e operações especiais, conforme estabelecido no Artigo 8.º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 51 - As transferências de recursos financeiros para o Poder Legislativo serão feitas até o dia 20 de cada mês, em consonância às determinações legais.

Art. 52 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2011.

Art. 53 - Revogam-se as disposições em contrário.

Conceição do Jacuípe, 20 de julho de 2010


TANIA MARLI RIBEIRO YOSHIDA
Prefeita Municipal



ANEXO DE METAS FISCAIS

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS (LC Nº. 101/2000, § 1º E 2º incisos I e II)

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Para definição das Metas Fiscais do Município de Conceição do Jacuípe, estabelecidas para os exercícios de 2011 a 2013, nos termos do disposto na Lei Complementar Nº. 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, levou-se em consideração os seguintes parâmetros e fundamentos.

- a) Relativamente ao exercício de 2011, e no que se refere às receitas próprias, tomou-se por base o incremento da receita tributária do Município, bem como a variação do IPCA acumulado no exercício de 2009;
- b) Quanto às transferências constitucionais a que tem direito o Município, realizadas pela União e pelo Estado da Bahia, a sua projeção considerou os dados preliminares disponíveis, utilizados na respectiva lei de diretrizes orçamentárias – 4,5%;
- c) Considerou-se, como média de crescimento a ser atingida, o percentual de 20,0%, 10,0% e 10,0% para os exercícios de 2011, 2012 e 2013, respectivamente, em face de dinâmica que será impelida a todos os segmentos produtivos do Município;
- d) Quanto às despesas, seu crescimento foi projetado segundo os mesmos critérios indicados nos dois itens anteriores, estando as despesas com Pessoal e Encargos de acordo com os limites estabelecidos nos Artigos 19 e 20 da Lei Complementar Nº. 101, de 4 de maio de 2000;
- e) O item “Outras Despesas correntes” concentra um volume de gastos compatível com a dimensão da cidade, estando neles computados todos os custos com a manutenção da sede, distritos e povoados, unidades de saúde e demais unidades.
- f) Quanto aos valores estimados para o atendimento dos gastos com o “Serviço da Dívida”, que compreende o somatório dos encargos e amortizações, estão dentro dos limites estabelecidos na Resolução Nº. 40/2001, do Senado Federal;
- g) A estimativa do “Resultado Primário” e do “Resultado Nominal” foi feita adotando-se os critérios usualmente aceitos.



ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(LC 101/2000, Artigo 4º, Inciso III).

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 2007 -2009

Em R\$ 1,00

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	2008	2009
Saldo Patrimonial Inicial	-4.169.360	-1.063.615	30.052
Resultado Patrimonial	3.105.745	1.093.667	-5.281.858
Saldo Patrimonial Exercício	-1.063.615	30.052	-5.251.806



ANEXO DAS METAS FISCAIS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ANEXO DAS METAS FISCAIS - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
(Lei Complementar 101/2000, art. 4º § 2º, inciso II)
RECEITA HISTÓRICA

	RUBRICA	2007	2008	2009
1000.00.00.00	RECEITA CORRENTES	19.444.433,29	24.558.761,32	25.599.271,71
1100.00.00.00	Receita Tributária	1.198.551,60	2.101.559,01	2.128.519,09
1110.00.00.00	Impostos	933.359,37	1.664.869,18	1.505.327,92
1120.00.00.00	Taxas	55.861,75	14.936,13	198.831
1130.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA			0,00
1130.04.00.01	Contrib. de Melhoria p/Pav.Obras	0,00	0,00	0,00
1190.99.00.00	Outras Receitas Tributárias	1.734,74	0,00	0,00
1200.00.00.00	Receita de Contribuições	207.695,74	421.753,70	424.360,06
1220.00.00.00	Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00
1220.29.00.00	Contrib. p/ Custeio Serv. Ilum. Pública	207.695,74	421.753,70	424.360,06
1300.00.00.00	Receita Patrimonial	1.839,31	18.520,53	73.259,092
1310.00.00.00	Receita Imobiliária	0,00	0,00	147,79
1325.00.00.00	Remun. de Depósitos Bancários	1.839,31	18.520,53	73.110,28
1330.00.00.00	Receitas Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00
1390.90.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	1,85
1600.00.00.00	Receitas de Serviços	837.819,19	0,00	0,00
1600.05.00.00	Serviços de Saúde	837.819,19	0,00	0,00
1600.05.01.00	Serviços Hospitalares		0,00	0,00
1600.05.03.00	Serv.Radiológicos e Laboratoriais	837.819,19	0,00	0,00
1600.05.10.00	Serviços Ambulatoriais	0,00	0,00	0,00
1600.13.00.00	Serviços Administrativos	0,00	0,00	0,00
1700.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	16.663.943,66	22.410.632,13	23.126.466,90
1721.01.00.00	Transferências da União	11.312.347,07	14.463.294,02	13.573.040,46
1721.01.02.00	Cota Parte do FPM	9.155.774,67	11.212.305,88	12.249.016,71
1721.01.05.00	Cota Parte do ITR	10.428,74	4.302,25	10.875,93
1721.09.00.00	Outras Transferências da União	35.002,86	124.742,09	93.185,35
1721.09.01.00	Cota-parte ICMS Des. LC. 87/96	23.966,24	23.935,81	28.295,28
1721.09.02.00	Cota-parte CIDE	49.732,71	55.763,13	33.644,34
1721.09.04.00	Cota-parte FEX	11.036,62	45.043,15	31.245,73
1721.22.00.00	Transferências. Comp. Financeira	148.610,60	164.811,75	123.754,81
1721.22.50.00	Cota-parte Royalties Lei 9478/97	7.414,32	15.053,10	14.720,11
1721.22.70.00	Cota-parte do FEP	91.459,57	149.758,65	108.834,70
1721.33.00.00	Transferências de Recursos SUS	1.552.969,13	2.376.238,89	2.115.177,62
1721.33.01.00	Transfs. Piso de At. Básica PAB Fixo	710.840,45	1.163.588,44	52.280,60
1721.33.01.09	Transfs. Piso At. Básica PAB Variável	842.128,68	1.212.650,45	1.572.897,02
1721.34.00.00	Transfs. Recursos do FNAS	13.547,00	201.481,79	107.012,08
1721.35.00.00	Transfs. Recursos do FNDE	396.014,07	379.411,37	371.313,94
1721.99.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	71.800,00
1721.99.01.00	Apoio Financeiro da União	0,00	0,00	430.904,02
1722,01.00.00	Transferências do Estado	3.057.854,31	3.520.397,10	4.876.861,54



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE

RUBRICA	2007	2008	2009	
1722.01.00.00	Participação Receita do Estado	2.942.493,94	3.402.873,01	3.839.602,05
1722.01.01.00	Cota-parte do ICMS	2.662.840,33	3.107.562,24	3.448.939,89
1722.01.02.00	Cota-parte do IPVA	189.206,46	223.950,83	331.935,06
1722.01.04.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	66.922,44	71.360,14	58.727,10
1722.01.05.00	Repasse Merenda Escolar Estadual	3.986,40	0,00	26.507,13
1722.01.13.00	Cota-Parte da CIDE	19.538,31	0,00	0,00
1722.33.00.00	Transferências do Estado p/ Saúde	115.360,37	117.524,09	867.417,20
1722.99.00.00	Outras Transferências do Estado	115.360,37	117.524,09	143.335,16
1724.00.00.00	TRANSF MULTIGOVERNAMENTAIS	2.230.470,57	4.046.831,21	4.594.568,06
1724.01.00.00	Transferências de Recursos FUNDEB	1.959.744,58	3.292.222,72	3.478.779,26
1724.02.00.00	Compl. da União FUNDEB	270.725,99	754.608,49	1.070.645,47
1724.99.00.00	Outras Transfs. Multigovernamentais	0,00	0,00	45.143,33
1760.00.00.00	Transferências de Convênios	63.271,71	380.109,80	81.887,43
1760.01.00.00	Convênio IPRAJ	0,00	0,00	0,00
1760.05.00.00	Convênio CONDER	30.458,66	0,00	0,00
1761.00.00.00	Transfs. Convênios da União	0,00	270.248,29	0,00
1762.00.00.00	Transfs. Convênios com o Estado	32.813,05	109.861,51	81.887,43
1900.00.00.00	OUTRAS REC. CORRENTES	742.279,53	28.049,65	124.562,43
1910.00.00.00	Multas e Juros	1.313,48	7.239,04	18.039,35
1920.00.00.00	Indenizações e Restituições	98.299,87	717,90	605,56
1930.00.00.00	Receitas da Dívida Ativa	26.731,76	92,71	79.340,50
1931.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	26.731,76	92,71	79.340,50
1932.00.00.00	Receita da Dívida Ativa n/Tributária	0,0	0,00	0,00
1990.00.00.00	Receitas Diversas	615.934,42	20.000,00	0,00
2000.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL	0,00	19.894,68	980.970,00
2200.00.00.00	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	19.894,68	980.970,00
2471.00.00.00	Convênio com a União	0,00	0,00	0,00
2471.99.00.00	Outras Transfs. Convênios União	0,00	0,00	980.970,00
2472.00.00.00	Convênio com o Estado	0,00	19.894,68	0,00
2590.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA BRUTA		19.444.433,29	24.578.656,00	26.580.241,71
Dedução para o FUNDEB		-1.901.925,33	-2.552.073,28	-2.722.150,36
RECEITA LIQUIDA		17.542.507,96	22.026.582,72	23.858.091,35



ANEXO DAS METAS FISCAIS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ANEXO DAS METAS FISCAIS - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
(Lei Complementar 101/2000, art. 4º § 2º, inciso II)

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013
1. RECEITA TOTAL	28.730.895,00	31.603.985,00	34.726.181,00
RECEITAS CORRENTES	29.486.238,00	32.434.862,00	35.642.345,00
Receitas Tributárias	3.227.716,00	3.550.488,00	3.905.535,00
IPTU	843.838,00	928.222,00	1.021.044,00
ISS	1.253.963,00	1.379.359,00	1.517.294,00
Taxas	555.542,00	611.096,00	672.205,00
Outras Receitas Tributárias	574.373,00	631.811,00	694.992,00
Receita de Contribuições	400.000,00	440.000,00	448.000,00
Receita Patrimonial	33.336,00	36.670,00	40.337,00
Receitas Serviços	81.130,00	89.243,00	98.167,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.708.930,00	28.279.823,00	31.107.805,00
Cota-Parte FPM	12.764.369,00	14.040.806,00	15.444.887,00
Cota-Parte do ICMS	3.537.726,00	3.891.498,00	4.286.648,00
Cota-Parte do IPVA	254.950,00	280.445,00	308.489,00
Outras Transferências	9.151.885,00	10.067.074,00	11.073.781,00
Outras Receitas Correntes	35.126,00	38.638,00	42.501,00
RECEITA DE CAPITAL	2.150.000,00	2.365.000,00	2.601.000,00
Transferências de Capital	2.150.000,00	2,365.000,00	2.601.000,00
CONTAS RETIFICADORAS	-2.905.343,00	-3.195.877,00	-3.517.664,00
2. DESPESA TOTAL	28.030.218,00	30.833.240,00	33.916.233,00
Despesas Correntes	23.475.824,00	25.826.406,00	28.405.416,00
Pessoal e Encargos Sociais	12.181.783,00	13.399.661,00	14.739.627,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	5.275,00	5.912,00	6.503,00
Outras Despesas Correntes	11.288.666,00	12.417.533,00	13.659.286,00
Despesas de Capital	4.554.394,00	5.009.834,00	5.510.817,00
Investimentos	3.208.412,00	3.529.253,00	3.882.178,00
Inversões Financeiras	17.576,00	19.334,00	21.267,00
Amortização da Dívida Interna	1.328.406,00	1.461.247,00	1.607.371,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	700.676,00	770.745,00	809.948,00
Metas para o Resultado Primário	1.295.071,00	1.424.577,00	809.948,00
Metas para o Resultado Nominal	700.676,00	770.745,00	809.948,00



ANEXO DE METAS FISCAIS

**RENÚNCIA FISCAL E EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS
(LC COMPLEMENTAR 101/2000, ARTIGO 4º, § 2º. INCISO V)**

Exercício de 2011

- a) Quanto à renúncia fiscal estimada, não há até presente data informações sobre incentivos fiscais a serem concedidos até a elaboração destas metas;
- b) Quanto à expansão das despesas obrigatórias de caráter continuando, não há de estabelecer uma margem de expansão, visto que o Município ainda está avaliando o impacto dos limites estabelecidos para as demais despesas nas suas receitas, como por exemplo: pessoal e encargos.



METAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS

ANEXO I
(Art.165, § 2º da C.F)

Exercício de 2011

PROGRAMA : Desenvolvimento e Cidadania

OBJETIVO : Desenvolver atividades de promoção e incentivo a melhoria de vida das pessoas de baixa renda através novas fontes de renda e qualificação .

AÇÕES /METAS

- Implantação do Posto Policial do Bessa;
- Reforma do salão nobre da Prefeitura;
- Reforma de prédios públicos;
- Construção de casa de farinha;
- Aquisição e implantação do centro de informática;
- Aquisição de veículo para serviços de apoio administrativos;
- Aquisição de motos – Guarda Municipal;



METAS ADMINISTRATIVAS

ANEXO I

(Art. 165, § 2º C.F)

Exercício de 2011

PROGRAMA : Educação de Qualidade

OBJETIVO: Promover ensino de qualidade, garantir padrão mínimo de funcionamento às unidades escolares.

AÇÕES /METAS

- Reforma e ampliação das escolas municipais;
- Centro de profissionalização para jovens na área cultural;
- Construção de quadras poli esportivas;
- Construção de biblioteca municipal;
- Recuperação de quadras poli esportivas;
- Aquisição de ônibus para transporte escolar;
- Implantação do projeto escola em tempo integral;
- Concessão de bolsa estudo pós graduação para técnicos e professores;
- Construção de Creches;
- Construção do Centro Cultural;
- Construção/Instalação da escola de música;
- Construção do complexo esportivo.
- Instalação de Biblioteca em unidades escolares;
- Construção de quadras esportivas em unidades escolares.



METAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS

ANEXO 1

(Art. 165, § 2º da CF)

Exercício de 2011

PROGRAMA : Atenção e Promoção à Saúde

OBJETIVO: Planejar, ampliar e adequar a oferta dos serviços de saúde .

AÇÕES /METAS

- Aquisição de Ambulâncias ;
- Construção de Postos de Saúde para atendimento ao PSF;
- Reforma geral do Hospital Antonio Carlos Magalhães ;
- Reforma do Centro de Saúde - Sede;
- Reforma das unidades de saúde do Bessa e Picado;
- Aquisição de equipamentos para as unidades de saúde;
- Aquisição de UTI Móvel;
- Assistência farmacêutica a pessoas de baixa renda;
- Ampliação do atendimento à população;



METAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS

ANEXO 1

(Art. 165, § 2º da CF)

Exercício de 2011

PROGRAMA :Modernização da Administração Tributária

OBJETIVO: Aprimorar os procedimentos administrativos, buscar eficiência e controle dos recursos arrecadados, visando o equilíbrio das contas do Município e a melhoria dos serviços prestados a população.

AÇÕES /METAS:

- Instituir ações visando o incremento da receita, com a administração da execução da dívida ativa, investindo, também no aperfeiçoamento, informatização, qualificação educativa sobre o papel do contribuinte cidadão;
- Aumentar a capacidade de investimentos do Município, através das parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas de governo e adotar medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas ;
- Desenvolver a modernização institucional, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos a população;



METAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS

ANEXO I

(Art. 165, § 2º C.F)

Exercício de 2011

PROGRAMA : Infraestrutura e Saneamento Básico

OBJETIVO : Elevar a qualidade de vida da população do Município através da implementação de um conjunto de ações integradas contemplando novas redes de esgoto e água, expansão da coleta de lixo e pavimentação de ruas.

AÇÕES E METAS

- Reforma, recuperação e construção de praças públicas;
- Pavimentação de ruas e praças públicas;
- Construção de unidades sanitárias;
- Pavimentação de 6 mil m² de ruas nos Bairros Ilicuritiba, Baldez e adjacentes;
- Aquisição de equipamento coletor de lixo;
- Extensão da rede de energia ;
- Construção do Centro Comercial ;
- Implantação de Projetos de esgotamento sanitário;
- Implantação da coleta seletiva de lixo;
- Sistema de Abastecimento de Água do Bessa, Picado, periferia e zona rural;
- Construção de quadra poli esportiva no Picado;
- Reforma de casas no Picado, Picadinho e Tabuleiro;
- Construção de unidades sanitárias;
- Recuperação de unidades habitacionais na sede e povoados;
- Construção de casas populares;
- Construção e reforma de prédios públicos;
- Reforma do Estádio Municipal;
- Construção de centro de convivência para idoso;
- Construção do centro de recuperação para dependentes químicos;
- Aquisição de máquinas agrícolas e tratores;
- Construção do aterro sanitário;
- Construção do viaduto do contorno – Contrapartida.



ANEXO DAS METAS FISCAIS

(Art. 4º, § 2º, IV "a", da Lei n.101/00)

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DE REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O Município de Conceição do Jacuípe não possui regime próprio de Previdência

Lei Complementar nº. 101/00 Art. 4º § 2º, inciso "a". A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, § 2º o anexo conterá ainda:

- a) – avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;



ANEXO DAS METAS FISCAIS

(Art. 4º, §2º, V da L. 101/00)

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Não há estimativa para concessão de incentivos e benefícios de natureza fiscal em caráter não geral para o exercício de 2011 no Município de Conceição do Jacuípe.

Lei Complementar nº. 101/00 Art. 4º § 2º, inciso "a". A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, § 2º o anexo conterá ainda: V – demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.



ANEXO DE RISCOS FISCAIS
(LC Nº. 101/2000, Artigo 4º § 3º)

Existe apenas um tipo de passivo contingente, que pode vir a afetar as metas fiscais fixadas pelo Município, para os próximos exercícios:

1. AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS CONTRA O MUNICÍPIO

As ações judiciais intentadas contra o Município são em sua maioria, questões de natureza trabalhista.

Nesta data encontra-se em levantamento a dívida do Município decorrente de precatórios. Os registros contábeis do exercício de 2009 informam R\$ 143.031,63.